**A ESCOLA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA EM TEMPOS DE DESAFIOS**

Cláudia Vieira Küffer Chagas – PPGE/UFES

Eduardo Carlos Souza Cunha – PPGE/UFES

**Resumo**

Este estudo traz a escola pública como espaço de resistência frente à padronização, homogeneização e captura dos tempos e dos espaços educacionais, oferecendo um contraponto ao modelo de educação aprisionador firmado nas amarras neoliberais. Neste viés, operamos a gestão democrática como uma das armas da escola pública frente a esse contexto. A emergência do debate acerca da qualidade da escola pública, frequentemente inundada por métodos e avaliações em larga escala, se coloca como discussão importante para a garantia de uma educação mais humana, dialógica, democrática e que respeite as diversas espacialidades e temporalidades que perpassam o ambiente escolar. Apoiamos a percepção de uma escola pública repleta de devires e de possibilidades para um conhecimento que potencialize a vida e a multiplicidade de espaços, a partir da perspectiva da gestão democrática e da participação coletiva.

**Palavras Chaves:** Escola Pública, Gestão Democrática, Resistência, Participação Coletiva.

**Introdução**

A Educação Pública no Brasil é um campo vasto de estudos e práticas que enfrenta desafios complexos, em constante transformação ao longo do tempo. Conforme Freire (2021), "o saber de hoje não é necessariamente o de ontem, nem tampouco o de amanhã. O saber tem historicidade. Saber melhor o que já sei às vezes implica saber o que antes não era possível saber" (Freire, 2021, p. 29).

Neste contexto, este estudo emerge como resultado de investigações em nossas pesquisas, com o propósito de analisar a Educação Pública como um espaço de resistência na busca por uma Educação de qualidade e que também atue na promoção da equidade.

Assim, a gestão democrática emerge como uma alternativa viável a esse modelo educacional. A valorização do diálogo, em consonância com os princípios de Freire (2022), destaca o papel da escola como um espaço acolhedor e multiplicador de movimentos democráticos, como o de ouvir os outros, tornando-se não apenas necessário, mas também urgente.

Discutir a escola pública brasileira e seus alicerces pode contribuir para compreender os desafios e as possibilidades que se colocam na evolução do pensamento educacional brasileiro, tanto na dimensão quantitativa, com avaliações em larga escala e objetivos oriundos de um modelo hegemônico e neoliberal, quanto na dimensão qualitativa, relacionada à qualidade do ensino público.

**Tecendo Discussões cerca da Escola Pública e da Gestão Democrática na Promoção da Escola Pública como Espaço de Resistência**

Desde suas origens até os dias atuais, a escola pública brasileira tem sido alvo de políticas educacionais que por muitas vezes, desconsideram sua função social e priorizam modelos prescritos e hegemônicos. Paro (2001) destaca a importância da sociedade em estabelecer um propósito para a escola, justificando sua existência pela transformação social e contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos.

Tem sido recorrente ao se discutir a Educação no Brasil, estabelecer uma comparação entre a escola pública de hoje com a escola pública de tempos atrás, problematizando a respeito da diferença qualitativa entre uma e outra. Nessa discussão, inevitavelmente nos deparamos com uma comparação que evidencia essa diferença, e a partir dela, observamos que, apesar das limitações de recursos enfrentadas pela escola do passado, a qualidade do ensino e do aprendizado dos alunos era considerada superior à escola pública contemporânea.

A Educação sempre foi considerada um elemento e um direito fundamental para a estruturação e formação de uma sociedade. No entanto, no contexto brasileiro, observa-se um crescente descaso em relação ao processo de formação humana e ao tratamento dispensado aos professores. Estes, ao tentarem alcançar as metas estabelecidas pelas políticas neoliberais vigentes, são levados a buscar uma suposta qualidade da Educação brasileira por meio de avaliações em larga escala[[1]](#footnote-2), em conformidade com os interesses da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[[2]](#footnote-3).

Cabe dizer que a BNCC, enquanto documento de caráter prescritivo e homogeneizador contribui para um engessamento dos currículos praticados e vividos nos cotidianos, despotencializando o trabalho do professor e relegando a este todo o discurso de fracasso da escola pública.

A BNCC favorece um currículo reprodutivista e descolado das vivências e relações que perpassam o cotidiano escolar. Isso limita o trabalho docente a mera reprodução de conteúdos para o atender às demandas das avaliações externas e aos interesses de organizações internacionais e de grandes grupos empresariais.

Nesse sentido, Süssekind (2014, p. 1514) contribui com relação aos problemas de uma base comum:

(...) a noção de currículo é tratada de modo despido de complexidade, como sendo um objeto, um documento, para assumir o papel de arma com um poder de educaçãodestruição em massa, (...) fomenta uma divisão entre **administradores** dos currículos, **pensadores** de currículo e **executores** do currículo que é **hierarquizante**, (...) se entende que este **documento poderia orientar massas de professores sobre o que ensinar e como ensinar em suas salas de aulas e, assim, servir para avaliar** − e supostamente **definir o que sabem e o que não sabem**. *(Grifos e cortes nossos)*

Diante dessa abordagem, compreende-se a importância da gestão democrática na escola pública como forma de Resistência e Autonomia, bem como, de transformação no contexto escolar. Nesta pauta de resistências e re-existências oprimidas, impulsionados pelo sentimento de urgência e inquietude, surge a necessidade de registrar a observação da experiência vivida no âmbito escolar.

A educação pública no Brasil, terreno fértil para estudos, enfrenta desafios complexos e constantes transformações. A escola pública, agente de resistência contra modelos educacionais hegemônicos, exige políticas que promovam diálogo e participação coletiva. A gestão democrática viabiliza esse modelo, possibilitando a participação de todos no processo educativo, reconhecendo a diversidade e as necessidades dos alunos, além de promover a formação social.

De acordo com Paro (2001, p. 45), "só há sociedade democrática, com cidadãos democráticos", destacando a necessidade de democracia em todas as esferas da vida. O autor ressalta o papel fundamental da sociedade em definir um propósito para a escola, na promoção da transformação social e no desenvolvimento uma consciência crítica nos alunos.

Nesse contexto, a gestão democrática na escola pública não apenas facilita a participação ativa de todos os envolvidos, mas também cria um ambiente que valoriza a diversidade, atende às necessidades individuais dos alunos e melhora as condições trabalho docente. Essa abordagem contribui significativamente para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capacitados a compreender e questionar o mundo ao seu redor.

Sobre isso, nosso diálogo com Paro (2010) destaca a importância da participação democrática, enfatizando que essa não é uma ação espontânea, mas sim um processo histórico construído coletivamente. O autor afirma a necessidade de estabelecer mecanismos institucionais que não apenas permitam, mas também incentivem práticas participativas dentro do ambiente escolar público.

Freire (1987, p. 15) destaca a importância de expor as injustiças: "Melhor será que a situação concreta de injustiça não se constitua num 'percebido' claro para a consciência dos que a sofrem", sublinhando a busca pela equidade na educação.

Entendemos que a gestão democrática favorece o processo educativo ao facilitar a criação de um ambiente participativo. Isso fortalece a resistência na busca por uma educação mais democrática. Apesar das dificuldades, é essencial confrontar essas questões para promover mudanças significativas e construir um ambiente educacional promissor.

Freire (2001) ressalta que, na construção de uma escola democrática, crítica e de qualidade, a participação de todos é fundamental. Embora alguns vejam a participação popular na gestão escolar negativamente ou como um sonho, para nós, ela é uma necessidade vital para a construção da cidadania.

Isso nos leva a refletir sobre a desvalorização da educação e o tratamento dispensado aos professores, pressionados a atingir metas estabelecidas por políticas neoliberais, resultando em uma busca por uma suposta qualidade da educação através de avaliações em larga escala e modelos prescritos.

Essa abordagem, que prioriza aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos, contribui para uma visão distorcida do propósito real da educação, ignorando a realidade individual dos educandos e desconsiderando sua espacialidade e temporalidade. Muitos diagnósticos sobre a "queda de qualidade da escola pública" apontam para a tese de que essa queda ocorreu a partir do momento em que os mais pobres passaram a ter acesso à escola pública, o que evidencia os desafios enfrentados pela democratização do acesso à educação.

Freire (2001, 2021) destaca que estruturas administrativas centralizadas impedem procedimentos democráticos. As lideranças democráticas devem superar esquemas autoritários e promover decisões baseadas no diálogo: "um dos papéis das lideranças democráticas é justamente superar os padrões autoritários e promover uma abordagem dialógica na tomada de decisões" (Freire, 2021, p. 80).

Nesse viés dialogando com a teoria de Marx (2004) que nos instiga analisar as esferas alienantes da sociedade, pensadas a partir de modelos hegemônicos e neoliberais, a problemática da “baixa qualidade da escola pública” é uma complexidade latente que apresenta marcas e traços desiguais. Nesse sentido, é preciso rever os nossos consensos, problematizar e fazer releituras das mudanças sociais, e compreender que a educação e a sociedade não estão dissociadas, considerando que teremos qualidade se houver um efetivo engajamento de todos, principalmente do Estado com políticas públicas que corroborem para a qualidade na educação.

**Considerações finais**

A escola pública brasileira tem sido submetida aos anseios de um projeto hegemônico e marcadamente neoliberal em detrimento a uma formação do indivíduo de forma geral e completa. Neste sentido, a gestão democrática se coloca como um entrave a este projeto de exclusão, ao propor a efetivação da participação ativa e coletiva dos sujeitos, contribuindo para práticas de autonomia e de libertação da subalternidade.

Neste viés, operamos nesta abordagem, o tensionamento e a discussão de contextos e processos de resistência para a escola pública frente aos desafios atuais, apontando a gestão democrática como importante e essencial ferramenta para potencialização dessa afirmação. Assim, ponderamos que a gestão democrática pode influenciar e ser influenciada por processos de resistência e re-existência no cotidiano escolar.

Por intermédio destas afirmativas, avançamos na busca e entendimento de uma almejada qualidade da educação pública, ao evidenciarmos a necessidade, sempre latente, de uma gestão comprometida com os valores da democracia, dos processos de autonomia e da emancipação dos sujeitos.

**Referências**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987/2022.

\_\_\_\_\_. **A Educação na Cidade.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **À Sombra Dessa Mangueira.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

\_\_\_\_\_. **Professora Sim, Tia Não: Cartas a Quem Ousa Ensinar.** Olho D’água. 6. ed., 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre a Educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_. **Administração Escolar: Introdução Crítica.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 2010a.

SÜSSEKIND, Maria Luíza. **As (im)possibilidades de uma base comum nacional**. In: Revista e-curriculum, v.12, n.03. p. 1512-1529. São Paulo: PUC/SP, 2014.

1. Conjunto de avaliações externas em larga escala na Educação Básica aplicadas nas escolas brasileiras pautadas nos ideais do Banco Mundial em analisar as demandas sociais e econômicas em ação conjunta com Ministério da Educação e Cultura – MEC. [↑](#footnote-ref-2)
2. De acordo com o MEC, a Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. [↑](#footnote-ref-3)